

“Credores aceitam rever dívida”

Representantes do candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, já mantiveram reunião inicial com banqueiros internacionais credores do Brasil. Segundo um dos participantes desse encontro, realizado recentemente, o empresário Paulo Octávio Pereira, os banqueiros acham possível uma solução negociada para reduzir a remessa de divisas ao exterior a título de pagamento de juros da dívida externa de cerca de US\$ 112 bilhões pelo Brasil. “Hoje, não temos condições de pagar mais que US\$ 5 bilhões por ano de juros aos banqueiros”, afirmou Paulo Octávio.

Na conversa com os banqueiros, o grupo de Collor sentiu que os credores estão dispostos a analisar a possibilidade com mais abertura. O Brasil paga de juros, anualmente, cerca de US\$ 10 bilhões aos credores internacionais.

Paulo Octávio adiantou a primeira

medida do programa econômico a ser implementado no ano que vem, caso Collor vença a eleição. “O Brasil só pode pagar US\$ 5 bilhões, o restante que seria remetido aos credores será utilizado para investimento em infraestrutura e áreas sociais”, afirmou.

Modelo — “Hoje, temos que buscar o caminho modernizante e o único que vai implementar essa política é Fernando Collor de Mello. Vamos discutir idéias daqui para a frente. As nossas idéias progressistas contra as do outro candidato”, disse Paulo Octávio. Com relação à dívida interna, Paulo Octávio já não tem a mesma precisão do tratamento, a ser dado à questão. Ele coloca como primordial aumentar o prazo de rolagem da dívida interna, mas não especifica como. “Na verdade, conseguir rolar a dívida interna e renegociar a dívida externa serão fundamentais para um bom começo na nossa

administração”.

Ainda com relação à dívida externa, Paulo Octávio afirmou que haverá uma auditoria sobre como ela foi formada e quais foram os termos de sua contratação. Outros pontos adiantados por Paulo Octávio foram: serão afastados os funcionários públicos federais não concursados e o acesso às escolas públicas (inclusive universidades federais) será limitado aos estudantes de baixa renda.

“Não se pode descartar a iniciativa privada da educação”, garantiu Paulo Octávio. “O Pai do aluno que pode pagar a escola privada deverá dirigir seu filho para essa escola. Hoje, estamos vendo jovens abastados em universidades públicas e sem interesse em frequentá-las, tomando o lugar de outros que não podem pagar a escola privada. Aqueles que têm condições devem se dirigir para a escola privada”.